

-----**ATA N.º 5/2013**-----

-----Aos 20 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltaram a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro e o Senhor Vereador João Manuel Duarte. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** informou que o Senhor Presidente da Câmara, não podia comparecer à presente reunião, por motivos de representação do Município. -----

-----**O Executivo considerou a falta justificada.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----Não havendo nenhum assunto a tratar antes da ordem do dia, o Senhor Vice-Presidente da Câmara passou à Ordem do Dia.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-

-----**ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA FREGUESIA DA RATOEIRA: CONSTRUÇÃO DE LAR DE IDOSOS – EMISSÃO DE CADUCIDADE DEFINITIVA DO PROCESSO N.º 10/2009;**-----

-----**TRAÇADO DE ACESSO À SERRA DO RALO/INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL;**-----

-----**PARTICIPAÇÃO DE OCORRÊNCIA – FURTO COMPLEXO DESPORTIVO;**-----

-----**CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE QUINTÃS, FREGUESIA DE LINHARES DA BEIRA À ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE LINHARES DA BEIRA;**-----

-----**BTL – OFERTA DE VOUCHER PARA PRÉMIOS NO STAND AHP;** -

-----**LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO – NOVO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS;**-----

-----**MUDANÇA DE TITULAR – FUNDO DE MANEIO.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, DESPORTO E MELHORAMENTOS DA FREGUESIA DE AÇORES - PEDIDO DE APOIO TÉCNICO - CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO 24/1/2013**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 6/2/2013, com o registo interno n.º 434, referindo que na sequência do pedido de apoio técnico apresentado pela Associação de Cultura, Desporto e Melhoramentos da freguesia de Açores, para a Câmara Municipal disponibilizar funcionários para exercer as funções de Direção de

fiscalização de obra e Coordenação de Segurança e Saúde no Trabalho, foi deliberado em reunião do executivo de 24/1/2013 que se averiguasse se internamente existem técnicos, além da Senhora Eng.<sup>a</sup> Delfina, com habilitações para exercer as funções acima indicadas. Mais informa que para cumprimento da referida deliberação, foi solicitada informação aos técnicos superiores, bem como à Secção de Recursos Humanos.-----

-----Depois de analisadas as habilitações e formações constantes nos Processos Individuais dos técnicos, disponibilizados pela Secção de Recursos Humanos, propõem a Senhora Eng.<sup>a</sup> Delfina Fonseca, para executar as funções de “Direção e Fiscalização de Obra” e de “Coordenação de Segurança e Saúde no Trabalho”. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** depois de analisar a informação técnica, concluiu que a autarquia apenas tem um técnico habilitado para desempenhar estas funções. Nesta sequência, fez uma recomendação ao executivo no sentido de que também outros técnicos possam adquirir competências nesta área, para que o Município não esteja dependente, apenas de uma funcionária para a realização destes trabalhos.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** discorda que o acompanhamento de Direção e Fiscalização de Obra, bem como, Coordenação de Segurança e Saúde no Trabalho, solicitado pela Associação de Cultura, Desporto e Melhoramentos da Freguesia de Açores, seja efetuado pela Eng.<sup>a</sup> Delfina Fonseca, aliás, como já referido na última reunião de Câmara, uma vez que a mesma tem uma sobrecarga de trabalho, nomeadamente, o acompanhamento da obra do Parque Empresarial da A25; Adjudicação dos Caminhos Rurais; a Requalificação do Mercado Municipal, com um prazo de execução muito curto, bem como, ficará também responsável pela obra da EN 16, considerando que é humanamente impossível controlar todas estas obras, pelo que, e em

alternativa, dever-se-á subcontratar externamente, caso não exista alternativa interna. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** considera que existe uma falha no gabinete técnico, uma vez que, apenas uma das técnicas possui as competências adequadas para exercer as funções solicitadas pela Associação. No entanto, considera que também os outros técnicos poderão auxiliar a Eng.ª Delfina Fonseca, no acompanhamento das obras mencionadas pelo Senhor Vereador António Silva. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a Câmara Municipal não cumpre com as deliberações que são tomadas nas reuniões e na sua opinião, o executivo está a dificultar uma situação, cujo objetivo era a sua resolução. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que já havia conversado sobre esta situação com a Eng.ª Delfina Fonseca, sendo que, a mesma lhe transmitiu que já tinha conhecimento do assunto e como tal, estava disponível para efetuar este acompanhamento. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, nomear a Eng.ª Delfina Fonseca, para exercer as funções de Direção da Fiscalização e de Coordenação de Segurança e Saúde no Trabalho, das Obras de Remodelação e Ampliação do Lar e Centro de Dia, da Associação de Cultura, Desporto e Melhoramentos da Freguesia de Açores.** -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador António Silva:** -----

-----“Voto a favor, dado que o Senhor Vice-Presidente informou que a Eng.ª Delfina Fonseca se disponibilizou, para efetuar o acompanhamento.”- -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que existem recursos na autarquia e como tal, a Eng.ª Delfina Fonseca poderá ter a colaboração de outros técnicos do Município. -----

-----**1.1 ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA "ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CAPELA DO SOLAR CORTE REAL PARA POSTO DE TURISMO DE LINHARES DA BEIRA"**----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, com o registo interno n.º 433, datada de 23/1/2013, com o seguinte teor: -----

-----“Na sequência da Consignação da empreitada “Alteração do Edifício da Capela do Solar Corte Real para Posto de Turismo de Linhares da Beira”, proponho que seja formalmente constituída a seguinte equipa para efetuar a fiscalização da obra, por forma a dar início à execução da referida empreitada: -----

----- - Para cumprimento do n.º 2, do art.º 9.º, da Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, conjugado com o art.º 17.º, do mesmo diploma, o Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; - -----

----- - Para cumprimento do art.º 15.º, da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, conjugado com o n.º 2, do art.º 344.º, do Código dos Contratos Públicos, o Diretor de Fiscalização da Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; A equipa de fiscalização é constituída ainda pelos Senhores Ivo Ricardo Borrego, Arquiteto, Luís Gomes, Engenheiro Eletrotécnico; -----

----- - Para efetuar trabalhos de medição e/ou orçamentos: o Senhor José Mário Coutinho Caldeira, Medidor-Orçamentista. -----

-----Junto se remete para aprovação pelo dono da obra, Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, conforme previsto no art.º 12.º, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, que posteriormente será tecnicamente validado pelo Coordenador de Segurança e Saúde nomeado por V.Ex.as. -----

-----Proponho ainda que se submeta para aprovação o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.”-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aceitar a proposta apresentada na informação técnica, integrando a equipa de fiscalização para a empreitada “Alteração do Edifício da Capela do Solar Corte Real para Posto de Turismo de Linhares da Beira”, os seguintes técnicos: -----**

-----**Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil;-----**

-----**Diretor de Fiscalização da Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; -----**

-----**Equipa de Fiscalização: Ivo Ricardo Borrego, Arquiteto e Luís Gomes, Engenheiro Eletrotécnico;-----**

-----**Medidor Orçamentista: José Mário Coutinho Caldeira, Medidor-orçamentista. -----**

-----**Mais foi deliberado aprovar o Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, bem como, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----**

-----**1.2 ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA "ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL"-----**

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, com o registo interno n.º 430, datada de 11/2/2013, com o seguinte teor: -----

-----“Na sequência da Consignação da empreitada “Alteração do Edifício do Mercado Municipal”, proponho que seja formalmente constituída a seguinte equipa para efetuar a fiscalização da obra, por forma a dar início à execução da referida empreitada: -----

----- - Para cumprimento do n.º 2, do art.º 9.º, da Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, conjugado com o art.º 17.º, do mesmo diploma, o Coordenador

de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; - -----

----- - Para cumprimento do art.º 15.º, da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, conjugado com o n.º 2, do art.º 344.º, do Código dos Contratos Públicos, o Diretor de Fiscalização da Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; A equipa de fiscalização é constituída ainda pelos Senhores Ivo Ricardo Borrego, Arquiteto, Luís Gomes, Engenheiro Eletrotécnico; -----

----- - Para efetuar trabalhos de medição e/ou orçamentos: o Senhor José Mário Coutinho Caldeira, Medidor-Orçamentista. -----

-----Junto se remete para aprovação pelo dono da obra, Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, conforme previsto no art.º 12.º, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, que posteriormente será tecnicamente validado pelo Coordenador de Segurança e Saúde nomeado por V.Ex.as. -----

-----Proponho ainda que se submeta para aprovação o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.” -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aceitar a proposta apresentada na informação técnica, integrando a equipa de fiscalização para a empreitada “Alteração do Edifício do Mercado Municipal”, os seguintes técnicos: -**

-----**Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil;**-----

-----**Diretor de Fiscalização da Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil;** -----

-----**Equipa de Fiscalização: Ivo Ricardo Borrego, Arquiteto e Luís Gomes, Engenheiro Eletrotécnico;** -----

-----**Medidor Orçamentista: José Mário Coutinho Caldeira, Medidor-orçamentista.** -----

-----Mais foi deliberado aprovar o Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, bem como, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

-----**1.3 ASSUNTO: ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS CELORINCENSES - CORTE DE ESTRADA – RATIFICAÇÃO** -----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 8/2/2013, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na informação, referente ao corte de estrada, solicitado pela Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses. -----

-----Nos termos da Lei, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 8/2/2013, relativo ao corte de estrada, solicitado pela Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses. -----

-----**2. COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----**ASSUNTO: PROPOSTAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA - APROVAÇÃO DA PLANTA DE TOPONÍMIA DA LOCALIDADE DE LAGEOSA DO MONDEGO** -----

-----Foi presente informação da Comissão Municipal de Toponímia de Celorico da Beira, datada de 1/2/2013, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, referindo que tendo em consideração o Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia do Concelho de Celorico da Beira, apresentam a Planta de Toponímia da localidade de Lageosa do Mondego. Junto anexam as propostas da Comissão para a



denominação de novos espaços públicos, algumas alterações e eliminações de arruamentos, bem como, a listagem de todos os nomes, seu início e seu término. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a Planta de Toponímia da localidade de Lageosa do Mondego.**-----

-----**3. SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: HASTA PÚBLICA PARA ALIENAR VIATURAS EM FIM DE VIDA E RESÍDUOS METÁLICOS 2/2013 - VENDA DE SUCATA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Património, datada de 5/2/2013, com o registo interno n.º 375, informando de que ao Lote 2 (Viatura Volkswagen JJ-72-48) e Lote 4 (Viatura Renault 21), não foi apresentada qualquer proposta, sendo que, as viaturas já estiveram para alienação por duas vezes e não obtiveram qualquer licitação. -----

-----Sendo do interesse do Município remover a sucata existente no campo de futebol, sugerem que os Lotes sejam alienados diretamente, tendo contactado para o efeito, as firmas que apresentaram propostas para os lotes restantes. -----

-----**Após análise das propostas apresentadas, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, alienar o Lote 2 (Viatura Volkswagen JJ-72-48), à firma António Manuel Freches, pelo valor de 75€ e o Lote 4 (Viatura Renault 21), à firma Reciascensão, pelo valor de 75€.**-----

-----**4. ASSOCIAÇÃO NOVA**-----

-----**ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE CAMPANHA**-----

-----Foi presente ofício da Associação Nova, datado de 5/2/2013, com o registo de entrada n.º 1297, referindo que esta Associação é uma

instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo principal a Prevenção Primária na área das Dependências, Informação, Apoio Familiar, Recuperação, Reinserção Social e Acolhimento a alguns Sem-Abrigo. Solicitam autorização para, durante os dias 2 a 6 de abril de 2013, ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto de Lei n.º 87/99 de 19 de março, realizar uma Campanha de Divulgação, Angariação e Prevenção Porta-a-Porta e Rua no Concelho de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a Associação Nova, durante os dias 2 a 6 de abril de 2013, a realizar uma Campanha de Divulgação, Angariação e Prevenção Porta-a-Porta e Rua no Concelho de Celorico da Beira.** -----

-----**5 – ANMP**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE LEI 122/XII - REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS**-----

-----Foi presente ofício da ANMP, datado de 31/1/2013, com o registo de entrada n.º 1192, remetendo para conhecimento parecer relativo à Proposta de Lei 122/XII – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, bem como, a Resolução do Conselho Geral relativa a tal assunto. -----

-----**ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA FREGUESIA DA RATOEIRA: CONSTRUÇÃO DE LAR DE IDOSOS – EMISSÃO DE CADUCIDADE DEFINITIVA DO PROCESSO N.º 10/2009**-----

-----Foi presente informação técnica, datada de 8/2/2013, relativa ao processo n.º 10/2009, em nome da Associação de Melhoramentos da Freguesia da Ratoeira, referindo que efetuados todos os trâmites legais previstos, designadamente a audiência prévia, propõem que o executivo emita a caducidade definitiva do processo n.º 10/2009.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, emitir a caducidade definitiva do processo n.º 10/2009, uma vez que já foi dado cumprimento ao CPA no que se refere à audiência prévia.-----

-----**TRAÇADO DE ACESSO À SERRA DO RALO/INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL**-----

-----Foi presente informação da Secção de Agricultura, Florestas e Espaços Verdes, datada de 5/2/2013, com o registo interno n.º 579, relativamente ao assunto em epígrafe, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por fazer uma breve explanação relativamente ao assunto em epígrafe, apresentando uma proposta de deliberação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** apresentou a seguinte declaração: -----

-----“Votei contra a inclusão dos assuntos não agendados na reunião do dia 20/2/2013, pelo facto, de considerar que quem não está presente no dia-a-dia do executivo, deveria receber atempadamente a documentação para análise e assim, poder exercer a sua função, sendo esta, a única forma de honrar os compromissos dos cargos públicos. Infelizmente, esta situação não se verifica, os assuntos apresentados na hora, e com propostas para votação que os próprios técnicos não apresentam, e que são entregues no momento, situação que lamento que ocorra.” -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que existe a possibilidade de inclusão de assuntos não agendados na reunião e como tal, a documentação só pode ser disponibilizada aos Vereadores na própria

reunião. Quanto à proposta de deliberação, deu conhecimento de que também não teve acesso à mesma, no entanto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara leu o respetivo documento, tendo inclusive entregado cópia a todos os presentes. Relativamente a este assunto, disse que o mais importante é que o interesse público municipal para o Traçado de Acesso à Serra do Ralo esteja devidamente acautelado. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse compreender a posição do Senhor Vereador Victor Santos, ou seja, de que existem assuntos que devem ser analisados e enquanto Vereador da oposição tem toda a legitimidade para se pronunciar. No entanto, existem assuntos que têm prazos a ser cumpridos e necessitam de ser aprovados com alguma urgência, para isso existem períodos para inclusão de assuntos não agendados na ordem de trabalhos. -----

-----Deu conhecimento de que a Eng.<sup>a</sup> Teresa Cardoso fez um trabalho exaustivo e refere no ponto 4 da sua informação o seguinte: “Face ao exposto, afigura-se existirem no processo suficientes elementos que habilitam a Câmara a tomar uma decisão relativamente à pretendida declaração de interesse público municipal, pelo que se propõe o reconhecimento do interesse público municipal para o referido traçado de acesso à Serra do Ralo e propõe-se que, desde que a ENEOP garanta a manutenção do referido acesso nas suas atuais condições este seja considerado o acesso a utilizar para a chegada à cumeada onde deverá ser instalado o Parque Eólico de Prados”, sendo que, à semelhança do efetuado com o Parque Eólico da Serra do Ralo, seja também celebrado protocolo entre a Entidade Promotora do Parque Eólico a localizar nas freguesias de Prados e Rapa e a Câmara Municipal, por forma a assegurar as receitas para a autarquia e demais obrigações das partes. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que foi apresentado um assunto com uma proposta de deliberação de declaração de interesse

público municipal, na deliberação proposta pelo Senhor Vice-Presidente, onde constam condições de aprovação de um projeto, o que não sua opinião, nada têm a ver com o pedido objeto de informação técnica e que, as condições constantes da proposta de deliberação do Senhor Vice-Presidente deveriam ser analisadas somente aquando da aprovação do projeto. Referindo-se ao ponto 3, da informação técnica, disse não ter tido conhecimento de qualquer pedido, como consta do mesmo. É da opinião que este tipo de atitudes se reveste de má-fé para com os Vereadores da Oposição. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que em todas as reuniões de executivo, para todos os assuntos que são enviados, bem como, os que são acrescentados na agenda, existe uma pasta que é trazida para as reuniões, onde constam todos os processos originais, para que os Vereadores possam consultar a documentação que entenderem. No que diz respeito ao ponto 3 da informação técnica, esclareceu que existe no processo um pedido, como se pode constatar pelo ponto 1 da mesma informação, onde consta: “Solicita o requerente...”, acrescentando que não existe má-fé nesta aprovação. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar os seguintes pontos:-----**

-----**1 - Autorizar a utilização do acesso indicado na peça desenhada apresentada em anexo, para ser efetuado o transporte de componentes de grandes dimensões necessárias à construção do Parque Eólico a localizar nas freguesias de Prados e Rapa, que já possui licença de construção. Mais deliberou que no final dos trabalhos de construção do novo Parque Eólico de Prados a empresa terá que efetuar a pavimentação, bem como a drenagem de águas pluviais e a reparação de quaisquer outros danos eventualmente**

provocados nas vias a utilizar. Deve ainda manter o fluxo de tráfego com o menor constrangimento possível e as vias limpas; -----

-----2 – A obrigatoriedade de todos os veículos para transporte de equipamentos e materiais para a realização da obra, utilizarem o traçado proposto na cartografia em anexo e ser solicitado o apoio da autarquia e demais entidades locais, sendo efetuada a correspondente divulgação junto da população local.-----

-----3 – Reconhecer o interesse público municipal para o Traçado de Acesso à Serra do Ralo. -----

-----4 – À semelhança do efetuado com o Parque Eólico da Serra do Ralo, seja celebrado Protocolo entre a Entidade Promotora do Parque Eólico, a localizar nas freguesias de Prados e Rapa e a Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor por forma a assegurar as receitas para a autarquia e demais obrigações das partes, conforme acordado verbalmente em reunião realizada na autarquia. ----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra, porque contrariamente ao que é alegado, não estamos a defender os interesses do Concelho de Celorico da Beira, estamos sim, a definir condições decorrentes da análise e aprovação do projeto.” -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que as informações são elaboradas pelos técnicos da autarquia, que estão devidamente credenciados para apresentar soluções. -----

#### -----**PARTICIPAÇÃO DE OCORRÊNCIA – FURTO COMPLEXO DESPORTIVO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Património, datada de 19/2/2013, com o registo interno n.º 595, dando conhecimento de que no dia 25/1/2013 o complexo desportivo, bem como, o edifício do campo de

futebol haviam sido assaltados, tendo sido furtado material elétrico que se encontrava ali acondicionado, no valor de 17.269,75€.

**-----CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE QUINTÃS, FREGUESIA DE LINHARES DA BEIRA À ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE LINHARES DA BEIRA -----**

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, remetendo minuta do contrato de comodato, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Associação de Caça e Pesca de Linhares da Beira, para cedência das instalações da antiga escola primária de Quintãs, freguesia de Linhares da Beira.

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a minuta do Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Associação de Caça e Pesca de Linhares da Beira, referente à cedência das instalações da antiga escola primária de Quintãs.** -----

-----**Mais deliberou fixar o prazo de cedência em 5 anos e legitimar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, em nome da Autarquia, para proceder à outorga do referido documento.**-----

**-----BTL – OFERTA DE VOUCHER PARA PRÉMIOS NO STAND AHP --**

-----Foi presente informação do Gabinete de Turismo, datada de 19/2/2013, com o registo de entrada n.º 3, solicitando a atribuição de 10 vouchers de provas de queijo e um voucher de um jantar no Lagar Municipal, para 2 pessoas como prémio no jogo interativo que vai estar presente no *stand* promocional das Aldeias Históricas de Portugal nesta próxima edição da feira Internacional de Turismo.

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a Marca AHP vai estar presente na BTL 2013, sendo esta, uma forma de cada aldeia poder divulgar a sua cultura e produtos associados. Embora esta promoção seja de unidades da EMCEL, propôs que o Município assuma a despesa dos 10 vouchers de provas de queijo e um voucher de um jantar no Lagar Municipal para 2 pessoas. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, assumir a despesa dos 10 vouchers de provas de queijo e um voucher de um jantar no Lagar Municipal para, 2 pessoas.** -----

-----**LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO – NOVO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS** -----

-----Foi presente ofício da ANMP, com a referência n.º 211/2013-SF, datado de 18/2/2013, dando conhecimento da informação dos Serviços Jurídicos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativamente à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Novo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que desta Lei resultava um conjunto de dúvidas, mais concretamente, em relação às alíneas a), b), c) e d), do n.º 1, do art.º 62.º. Referindo-se à alínea a), onde refere que: as vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos 3 anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios, disse que em 2010 a empresa superou este objetivo, já em 2011 e 2012 o mesmo não aconteceu. Relativamente à alínea b), onde refere: quando se verificar que, nos últimos 3 anos, o peso contributivo dos subsídios à



exploração é superior a 50% das suas receitas, disse que tem sido política deste executivo, desde 2006, reduzir a trajetória do subsídio dependência que se tem verificado ao longo dos tempos. Sobre a alínea c), onde refere que: quando se verificar que, nos últimos 3 anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo, disse que a leitura do executivo é de que esta alínea não é clara, porque o método de cálculo diz que o resultado operacional já está deduzido das depreciações. Relativamente à alínea d), onde refere que: quando se verificar que, nos últimos 3 anos, o resultado líquido é negativo, disse que o resultado líquido da empresa é positivo. -----

-----Deu conhecimento de que tanto o executivo, como a Administração da Empresa Municipal consideraram prudente consultar a ANMP e solicitar um parecer relativo à interpretação desta Lei, uma vez que subsistem dúvidas, sendo que, o parecer foi rececionado na autarquia no dia de hoje. Referindo-se ao parecer da ANMP, leu o ponto 3 onde refere o seguinte: “Antes de mais, de salientar, uma vez mais, que os **últimos 3 (três) anos económicos** a ter em consideração são, **exatamente os anos de 2009, de 2010 e de 2011, os quais devem ser considerados isoladamente – por cada exercício económico anual durante os últimos 3 (três) anos consecutivos e não os valores acumulados dos 3 (três) exercícios** – bastando que num desses 3 (três) exercícios económicos se cumpra o “rácio” para que o mesmo se considere observado, não havendo a necessidade de deliberar a dissolução da empresa local”, acrescentado que na sua opinião, a Empresa Municipal não apresenta uma sequência negativa de resultados.-----

-----Deu conhecimento de que irão enviar para o Fiscal da Empresa Municipal, a informação prestada pelos Serviços Jurídicos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, para elaborar respetivo parecer acerca desta Lei.-----

-----Disse ainda, que face à aplicação desta Lei, deve a Empresa Municipal proceder à adequação dos Estatutos, que neste momento estão em fase de elaboração e de parecer por parte do Jurista da Empresa.-----

-----**MUDANÇA DE TITULAR – FUNDO DE MANEIO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de 20/2/2013, com o registo interno n.º 602, solicitando a transferência de titular de fundo maneio inicialmente atribuído à funcionária Catarina Vanessa dos Santos Mimoso, Assistente Técnica, na reunião de Câmara de 8/1/2013, para a funcionária Lucinda Henrique Sampaio Abrunhosa Cabral, Assistente Técnica, no montante de 1200€.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que a mudança de titularidade do fundo de maneio, deve-se ao facto, de a funcionária a quem inicialmente o mesmo havia sido atribuído o ter solicitado, por considerar que o local onde o dinheiro se encontrava guardado, não ser seguro. É proposto que o mesmo passe para a funcionária Lucinda Cabral, que faz parte da Tesouraria, sendo que, o mesmo ficará no cofre, daí a razão desta mudança de titularidade.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, autorizar a transferência do fundo de maneio, para a funcionária Lucinda Henrique Sampaio Abrunhosa Cabral, Assistente Técnica, no montante de 1200€.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----  
-----  
-----